

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2006
(dos Senhores Deputados Raul Jungmann e Colbert Martins)**

Requer a realização de audiência pública com a participação de autoridades da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Instituto Médico Legal e do Conselho Regional de Medicina, todos do Estado de São Paulo, a fim de esclarecerem as supostas execuções sumárias de 160 pessoas ocorridas em seu Estado entre os dias 12 a 19 de maio do corrente ano.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada audiência pública por esta Comissão com a finalidade de esclarecer as supostas execuções ocorridas no Estado de São Paulo em que, pelo menos, 160 cidadãos teriam sido executados sumariamente entre os dias 12 e 19 de maio do corrente.

Solicitamos sejam convidadas as seguintes autoridades por ocasião da audiência:

- 1) Sr. Pedro Gilberti, membro da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
- 2) Sr. Carlos Cardoso, membro do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- 3) Sr. Desiré Carlos Callegari, membro do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo;
- 4) Sr. Hideaki Kawata, diretor do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo;
- 5) Sr. Luis Carlos Cavalcante Galvão, Presidente da Associação Brasileira de Medicina Legal.

JUSTIFICATIVA

Às vésperas do dia das mães, dia 12 de maio de 2006, a sociedade brasileira assistiu estarrecida às cenas dos presídios do Estado de São Paulo: quarenta deles, de maneira orquestrada, rebelaram-se contra o sistema carcerário e colocaram em xeque a segurança pública no país.



564A3FF001

Se o estado mais rico não conseguiu conter a barbárie, supostamente promovida por membros do Primeiro Comando da Capital – PCC – o restante do país sentiu-se ainda mais fragilizado frente à situação em concreto que se afigurou.

Como se não fosse o bastante, no dia 27 de maio, o ex-secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Nagashi Furukawa, admitiu em entrevista à Folha On Line que houve negociação entre o governo do Estado e o PCC para que cessassem as rebeliões.

“Estamos à beira do caos e logo estaremos em uma guerra civil a exemplo do que ocorreu recentemente em São Paulo”. A advertência Dálio Zippin, representante da OAB no grupo criado pelo Conselho Nacional de Justiça, parece ganhar consistência com as execuções noticiadas na semana que se seguiu à rebelião em presídios.

Por se tratar de uma questão prestes a ganhar dimensões nacionais e pela pertinência do tema à competência desta Comissão, forçoso é convocar uma reunião de audiência pública de maneira a melhor informar os parlamentares para que esta Casa possa tomar providências, seja para remediar, seja para prevenir, o crescimento da insegurança no país.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares na aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de maio de 2006.

Deputado RAUL JUNGSMANN
PPS/PE

Deputado COLBERT MARTINS
PPS/BA



564A3FF001